

EDITORIAL

Heron Gordilho

Prezados leitores,

A Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA, v.31, n.2, ano 2021, inicia com a seção de Direito Constitucional, onde o artigo **BUSCADORES E REDES SOCIAIS: LIMITES DA MODERAÇÃO E DA LIBERDADE EDITORIAL DOS PROVEDORES DE APLICAÇÕES NA INTERNET**, do Professor Doutor Guilherme Pereira Pinheiro, do PPGD do Instituto Brasiliense de Direito Público, em co-autoria com Alexandre Pereira Pinheiro, mestre em Direito da Universidade de Brasília, analisa o formato e atuação dos provedores de aplicações, em especial buscadores e redes sociais, dores procuram justificar ações editoriais sobre o conteúdo dos autores que circulam em suas redes.

Na seção de Direito Penal, o artigo **ESTADO DE EXCEÇÃO E NECROPOLÍTICA: A SITUAÇÃO DOS ENCARCERADOS DIANTE DA PANDEMIA DO COVID-19**, do Professor Doutor Roberto Carvalho Veloso do PPGD/UFBA, em co-autoria com Cristian de Oliveira Gamba, mestre em Direito pela UFMA, analisa se as medidas adotadas, em especial a Recomendação nº 62 do CNJ, foram suficientes para evitar a proliferação da pandemia nos ambientes prisionais.

Em seguida, o artigo **A FALIBILIDADE DA MEMÓRIA NOS RELATOS TESTEMUNHAIS: A IMPLICAÇÃO DAS FALSAS MEMÓRIAS NA RECONSTRUÇÃO DOS FATOS PELAS TESTEMUNHAS NO PROCESSO PENAL**, da Professora Doutora Christiane Heloisa Kalb, da UFSC, em co-autoria com Franciny Souza, bacharel em Direito pela CESUC/SC, aborda a implicação das falsas memórias na reconstrução dos fatos pelas testemunhas no processo penal.

Na seção de Direito Civil, o artigo **FUNDAMENTOS DOS DIREITOS DAS COISAS NA ALEMANHA**, do professor Doutor Leonardo Estevam de Assis Zanini, da UNICEP, analisa o regime jurídico do direito das coisas na Alemanha.

Em seguida, o artigo **SAÚDE MENTAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE: A REFORMA ANTIMANICOMIAL NO BRASIL**, do Professor Doutor Vladimir Brega Filho, da Universidade Estadual do Norte do Paraná, em co-autoria com Carla Roberta Ferreira Destro, Mestranda em ciências jurídicas pela mesma universidade, analisa os efeitos da reforma antimanicomial e do advento das novas regras de capacidade civil nos direitos da personalidade da pessoa com transtornos mentais.

A seção de Direito Administrativo apresenta o artigo **A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PELO PODER PÚBLICO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APELAÇÃO Nº 0002346.60.2014.8.26.0283**, Ricardo Oliveira Rotondano, Doutor em Direito pela UFPA, em co-autoria com Thaise Vieira Guerra Chaves, especialista em administração hospitalar pela UFBA, discute a legalidade da contratação de serviços advocatícios pelo poder público por inexigibilidade de licitação.

Na seção de Bioética, o artigo **A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA EM DECISÕES RELACIONADAS AO FIM DA VIDA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ALTERIDADE**, da Professora Doutora Thais Noves Cavalcanti, do PPGD/UCSAL, em co-autoria com Rafael Verdival, Mestre em Direito pela UCSAL, analisa como a alteridade pode contribuir positivamente para a construção da autonomia em decisões relacionadas com o fim da vida.

Em seguida, o artigo **ARTIFICIAL INTELLIGENCE ANALYSIS IN SELECTED DATABASES: PRACTICES, CONCEPTS AND MEANINGS**, da Professora Doutora, Marta Carolina Giménez Pereira, do PPGD/UFBA, em co-autoria com Felipe Rodrigues Bonfim, doutor em Direito pela UFBA, analisa o uso do conceito de Inteligência artificial nos artigos científicos.

Por fim, a seção de Direito Internacional Público apresenta o artigo **MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO NÚMERO DE REFUGIADOS NO ESTADO E SEU REFLEXO NO ACESSO À DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**, do professor Doutor César Augusto Silva da Silva, da UFMS, em co-autoria com Thainy Gomes da Silva Santos, graduanda em Direito da UFMS, realiza um mapeamento de refugiados no Estado de Mato Grosso do Sul e a necessidade de políticas pública para garantir os seus direitos fundamentais.